

Nível de empréstimos não altera com 2.065

Heitor Tepedino
correspondente

Crédito - externo

Londres — O mercado financeiro internacional mantém o mesmo ritmo (lento) dos últimos 12 meses em relação a créditos para países como o Brasil, não sendo constatada nenhuma alteração neste quadro com a aprovação do Decreto 2.065. Acredita-se que os novos empréstimos continuarão sendo liberados apenas em negociações conjuntas entre os bancos privados e o Fundo Monetário, bem como as linhas de crédito das operações interbancárias obedecerão aos tetos já estabelecidos pelos banqueiros internacionais, na base de US\$ 6 bilhões.

Com um mercado financeiro ainda atordoado com a dificuldade dos seus devedores, qualquer abertura para os países do Terceiro Mundo somente poderá ocorrer em longo prazo, quando a economia desses países estiver funcionando normalmente, além de constatar-se que a capacidade de pagamento foi restabelecida. Segundo operadores do mercado interbancário internacional — cujo setor é fundamental para o Brasil continuar rolar a sua dívida externa junto aos bancos privados —, a renovação diária dos papéis vendidos tem sido efetivada normalmente, sem maiores obstáculos.

Como se sabe, o mercado interbancário opera com prazos que variam do «overnight» ao máximo de seis meses, observando-se que a partir da atual crise os emprestadores têm dado preferência a contratos na base de 60 a 90 dias, embora o empréstimo seja renovado no vencimento pelo mesmo período.

Pelo que se observa da política que vem sendo executada pelos grandes bancos internacionais, eles continuam estudando profundamente a crise que eclodiu com mais vigor a partir da moratória do México, para a implementação de uma nova forma de operações para os países captadores de recursos externos. Até este momento, contudo, não se tem a fórmula desejada, embora os banqueiros já tenham chegado a uma primeira conclusão: o Brasil e outros grandes devedores somente conseguirão pagar os seus compromissos na base do longo prazo, estimando-se este período em 10 a 20 anos.

Definições

Enquanto a crise continua sem um rumo definido para os países devedores, as medidas governamentais vêm concentrando-se na solução do débito externo. Na Europa, vem crescendo a defesa da tese de que inflação e crescimento econômico são fatores interdependentes, sendo possível reduzir os índices inflacionários mesmo com a economia em expansão. Esta tese sustenta que a Escola de Chicago, liderada por Milton Friedman, chamada Escola Monetarista, é totalmente sem fundamento. Tal debate é de grande interesse para os países em desenvolvimento, porque até agora a orientação política para a solução de suas crises toma por base a imposição da recessão para conseguir derrubar a inflação, o que é viável para países desenvolvidos, onde existe o seguro-desemprego, mas dramática para os subdesenvolvidos, onde o desempregado não conta com nenhum salário no fim do mês.

Por outro lado, para os banqueiros esses problemas são dos governantes e dos economistas. Eles pretendem se concentrar na análise do cliente, verificando a sua capacidade ou não de pagamento da dívida contraída ou pretendida. Por este prisma, os países latino-americanos serão mantidos em banho-maria pelo menos 5 anos até que consigam reingressar no sistema financeiro internacional como um cliente «normal», período considerado suficiente para que suas economias reequilibrem. Neste período, conseguirão os recursos extremamente necessários para que não entrem em falência, evidentemente analisados em termos do que o seu naufrágio significaria em termos de desestabilização do mercado financeiro como um todo.

Desta forma, o panorama internacional da área financeira deixa antever que o mercado continuará difícil para os países latino-americanos e outros do Terceiro Mundo, com uma liquidez apertada nos próximos 12 meses. Tal fato é justificado pelos analistas de grandes bancos pela inversão de posição dos países árabes exportadores de petróleo, que em 1981 apresentaram um superávit global de US\$ 61 bilhões, enquanto no ano passado tiveram um déficit de US\$ 22,26 bilhões, o que comprova a suspeita de que haviam passado de grandes depositantes em tomadores de recursos, conforme dados oficiais divulgados esta semana.